

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.175 - SP (2019/0269956-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : VAGNER DA SILVA
ADVOGADO : SANDRO RENATO MENDES - SP166618
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : VANESSA MOTTA TARABAY E OUTRO(S) - SP205726

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por VAGNER DA SILVA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO AÇÃO DE COBRANÇA SERVIDOR ESTADUAL – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO - INCORPORAÇÃO DO ALE - AFAM - ASSOCIAÇÃO FUNDO DE AUXÍLIO MÚTUO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRESCRIÇÃO - O reconhecimento do direito em mandado de segurança coletivo interrompe o prazo prescricional - Termo 'a quo' do prazo prescricional da ação de cobrança contado do trânsito em julgado da ação mandamental, reduzido pela metade, nos termos do art. 9º do Decreto 20.910/32 - Reconhecimento da prescrição - Ação ajuizada após o esgotamento do prazo - Sentença de improcedência mantida, porém por outro fundamento - Recurso desprovido, mantendo-se a improcedência do pedido, porém pelo fundamento da prescrição" (fl. 203e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 291/302e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Alegação de que o acórdão embargado apresenta contradição e omissão - Não ocorrência - Questões levantadas nos autos que foram examinadas sob todos os ângulos pela Câmara julgadora - Pretensão de reapreciação da matéria julgada - Inviabilidade - Observância dos limites do art. 535 do CPC/1973 (ou art. C \I 1022 do NCPC), mesmo para fins de prequestionamento - Embargos rejeitados" (fl. 328e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial,

violação ao art. 489, § 1º, VI do CPC/2015, bem como aos arts. 1º e 9º do Decreto 20.910/32, sustentando que "A Colenda Câmara, ao se debruçar sobre a matéria, contrariando a Jurisprudência pacífica dos Tribunais Superiores, proferiu entendimento de que é possível se falar em interrupção do lapso prescricional das parcelas anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança coletivo. No entanto, a interrupção faz com que o prazo prescricional seja contado pela metade, e não pela sua totalidade dos 5 anos. Nestes termos, teria somente o interessado prazo de dois anos e meio para ingressar com eventual ação de cobrança. Prazo este que seria contado a partir da data do trânsito em julgado do writ coletivo. Esta foi a interpretação dada aos artigos. 1º e 9º do Decreto 20.910/32 pelo acórdão recorrido" (fls. 209/210e).

Aduz, nesse sentido, que:

"A C. Câmara, ao se debruçar sobre a matéria, proferiu entendimento de que é possível se falar em interrupção do lapso prescricional das parcelas anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança coletivo. No entanto, contrariando a Jurisprudência pacífica dos Tribunais Superiores, a interrupção faz com que o prazo prescricional seja contado pela metade, e não pela sua totalidade.

Nestes termos, teria o interessado prazo de dois anos e meio para ingressar com eventual ação de cobrança. Prazo este que seria contado a partir da data do trânsito em julgado do writ coletivo. Esta foi a interpretação dada aos artigos. 1º e 9º do Decreto 20.910/32.

Seguindo o entendimento acima destacado, no caso em comento, como o mandado de segurança coletivo, que concedeu a ordem em favor dos associados, transitou em julgado em 17/06/2015, e a presente ação foi proposta em 05/09/2018, a C. Câmara entendeu que a ação era intempestiva, ou seja, prazo superior aos dois anos e meio como parâmetro para aferição da prescrição.

(...)

De proêmio, verifica-se, desde já, que o entendimento aplicado pela Colenda Câmara recorrida na medida em que diminuiu o prazo prescricional para dois anos e meio, inobservando o prazo limite de 5 anos divergiu do entendimento da jurisprudência prevalente dessa Corte Superior.

É o que se constata nos julgados: REsp 1655880; AgInt no REsp 1572800; AgRg nos EDcl no REsp 1146072/RS; AgRg no AREsp 137830/RJ. (acórdãos anexos)

Por todo exposto, para sedimentar o entendimento aqui defendido, o STF deu interpretação conforme aos artigos 1º e 9º do Decreto 20.910/32, editando-se assim a Súmula 383, a qual segue transcrita a

Superior Tribunal de Justiça

seguir:

Súmula 383:

A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

A Súmula apenas sedimentou um entendimento que já vinha, e muito, sendo adotado pelo STF, qual seja: o prazo prescricional contra a fazenda deve ser de no mínimo 5 anos, sem possibilidade de redução. No caso em comento, verifica-se que a Câmara adotou posicionamento divergente do STF, na medida em que considerou que a interrupção se restringe aos dois anos e meio, contados do ato interruptivo.

Ora, o mandado de segurança foi impetrado rigorosamente dentro dos 120 dias do ato da autoridade coatora. Descontando-se tais dias, por certo, ainda sobriam pouco mais de 4 anos e seis meses de prazo prescricional para se ingressar com a ação de cobrança.

Em resumo, a C. Câmara não trilhou no caminho da melhor Jurisprudência. Nestes termos, resta necessário interpor o presente recurso para que a questão seja analisada sob a ótica da Jurisprudência dos Tribunais Superiores.

É importante dar ênfase ao fato de que o entendimento acima colacionado é decorrente de súmula, pois o NCPC criou um sistema de precedentes, o qual vincula os órgãos hierarquicamente inferiores.

Nestes termos, destaca-se o inciso VI do §1 do art. 489 do NCPC, o qual dispõe que é vedado ao juízo a quo 'deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento' (fls. 214/216e).

Por fim, requer "a) Seja o presente Recurso Especial recebido, processando-o para julgamento, para dele conhecer e prover cassando o v. acórdão combatido, devolvendo os autos à origem, para que análise a causa sob a perspectiva da jurisprudência consolidada dessa Corte Superior em consonância com Súmula 383 do STF. Em outros termos, é necessário observar que a interrupção do prazo prescricional, deverá se dar pelo prazo de dois anos e meio, mas não poderá ficar aquém dos cinco anos; b) Subsidiariamente, em estrita observância aos princípios da celeridade e economia processual, requer o recorrente que a ação seja julgada procedente nos estritos termos da exordial; c) Sejam também invertidos e majorados os honorários advocatícios, em favor do procurador

Superior Tribunal de Justiça

do recorrente, os quais deverão ser fixados, nos termos do art. 85, §11 do NCPC" (fl. e).

Contrarrazões a fls. 357/376e.

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 377/378e), foi interposto o presente Agravo (fls. 382/388e).

Contraminuta a fls. 388/411e.

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação Ordinária de Cobrança ajuizada pela parte ora recorrente, com o objetivo de obter o pagamento dos valores advindos da incorporação do ALE ao salário base, para todos os fins legais, incluindo-o no cálculo do RETP e dos adicionais temporais no quinquênio que antecedeu a impetração da ação mandamental, com acréscimo de juros e correção monetária.

Julgada improcedente a demanda, recorreu o autor, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Ao analisar o cerne da controvérsia, concluiu o Tribunal de origem:

"2. No que pese a matéria debatida, é caso de manutenção da improcedência do pedido, porém pelo fundamento da prescrição.

Com efeito, a impetração do mandado de segurança coletivo interrompeu a prescrição das parcelas vencidas no lustro que antecedeu aquela ação, voltando a fluir o prazo prescricional a partir do trânsito em julgado da decisão que concedeu a ordem.

No caso em tela, o trânsito em julgado da decisão que concedeu a ordem no mandado de segurança ocorreu em 17/06/2015 (fls. 36) e a presente ação foi ajuizada somente em 06/08/2018 (fl. 1), depois, portanto, de transcorrido o lapso prescricional, contado conforme a regra do artigo 9º, do Decreto n.º 20.910/32, que reduz pela metade o prazo da prescrição que recomeça a correr, depois de interrompida" (fl. 204e).

Entretanto, não obstante os argumentos aduzidos pela parte recorrente em sede de Apelação e, reforçada nos Embargos de Declaração, o Tribunal de origem absteve-se de emitir qualquer juízo de valor quanto à incidência **in casu** da Súmula 383 do STF, "sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento", consoante o que dispõe o art. 489, § 1º, VI, do CPC/2015.

Com efeito, ao analisar os Embargos de Declaração, a Corte de origem consignou, **in verbis**:

"O que na realidade pretende é a reapreciação da matéria enfocada

Superior Tribunal de Justiça

na decisão atacada.

No caso, admitem-se embargos de declaração apenas nas hipóteses elencadas no artigo 535, incisos I e II, do CPC/1973, atual art. 1.022, do NCPC.

Não precisa o Julgador reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes, se apenas um deles - ou alguns deles - é o bastante para sua conclusão. E desnecessária a citação, no acórdão embargado, dos dispositivos legais e constitucionais invocados.

(...)

Incabível é, em embargos de declaração, rever a decisão anterior, reexaminando questões sobre as quais já houve pronunciamento, com inversão do resultado final. Impossível alterá-la a pretexto de esclarecê-la ou completá-la.

Mesmo quando o recurso tem por fim o prequestionamento, devem ser observados os lindes que foram traçados no artigo 535 do CPC/1973 (ou art. 1022 do NCPC).

E, no caso, inexistente omissão, ou contradição, a ser sanada, não cabendo a embargante, evidentemente, profligar através do meio utilizado o que considera injustiça decorrente do decisum" (fls. 328/329e).

Assim, não tendo o Tribunal de origem emitido juízo de valor sobre o ponto, tem razão a recorrente, quando alega a existência de violação ao art. 489, § 1º, VI, do CPC/2015.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **dar provimento** ao Recurso Especial, a fim de devolver os autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja proferido novo julgamento, nos termos da fundamentação.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora